



Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental tem importância incontestável na sustentabilidade ambiental, mas ainda esbarra na dificuldade de compatibilizar-se com o tempo exigido pelo mercado.

Eduardo Sanches



O licenciamento ambiental é um dispositivo que permite ao órgão público analisar os impactos que o empreendimento provocará no meio ambiente, considerando a comunidade envolvida. Através do licenciamento, o órgão ambiental pode validar os controles projetados pelo empreendedor para reduzir ou eliminar os efeitos negativos ou então, exigir outros controles que sejam mais eficazes. Pode ainda indeferir o processo de licenciamento. Existem três tipos de licenças ambientais no Estado de São Paulo:

Licença Prévia: valida o projeto;

Licença de Instalação: permite a implantação do Projeto e captação de recursos financeiros;

Licença de Operação: após a implantação, permite a operação.

O tema causa bastante desgaste quando abordado, principalmente para os empreendimentos que possuem prazos curtos para a sua implementação e que muitas vezes não são estabelecidos pelos próprios empreendedores e sim, pelo mercado.

Hoje, com o grande avanço tecnológico, todos os segmentos tornaram-se muito mais dinâmicos e instáveis. Para ser

competitivas, as empresas precisam estar adaptadas à essa mudança constante e adequar-se rapidamente ao que o mercado lhes impõe. Se algo dentro desse fluxo de mudança não acompanha essa velocidade, torna-se um gargalo que pode propiciar muitos insucessos e desvantagem competitiva. O que fazer? Uma alternativa seria buscar locais com uma sistemática mais veloz de licenciamento. E quando isso não é possível? Buscar as representações para, em fóruns específicos, identificar alternativas junto aos órgãos competentes. Dentro dessa realidade, algumas ações estão sendo adotadas, atividades desenvolvidas pelo DAIA (Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais) da secretaria de Meio Ambiente de São Paulo estarão sendo realizadas pela CETESB. Esta descentralização deve propiciar ganho em relação ao tempo de análise, pois reduz algumas atividades burocráticas de envio de documentos dentro dos órgãos envolvidos. Não podemos esquecer que o processo de licenciamento é de grande importância para a sustentabilidade ambiental, em sinergia com o desenvolvimento econômico e equidade social. Os estudos ambientais

solicitados pelos órgãos públicos não se limitam a aspectos técnicos de emissões de poluentes e respectivos controles para atendimento legal. Esses estudos buscam analisar, além do atendimento legal, todos os impactos que podem ser provocados na comunidade envolvida no processo. Entende-se como processo a fase de implementação do projeto, fase de teste e fase de operação. Todos esses cuidados irão propiciar à comunidade usufruir desse desenvolvimento econômico, com proteção e segurança quanto aos impactos analisados. Grandes investimentos estão sendo realizados em vários segmentos industriais e necessitam de prazos cada vez mais curtos para a sua implantação. A nossa sociedade precisa desse desenvolvimento para que o impacto na economia possa refletir em ganhos para todos e transformados em melhor educação, segurança, saúde e outras necessidades importantes e urgentes. Hoje, frear o desenvolvimento industrial promove uma reação em cadeia que impacta diretamente no cidadão, principalmente da nossa região da Grande São Paulo, que direciona positivamente para grandes investimentos, principalmente no setor químico e petroquímico. No Brasil temos acompanhado grandes movimentos, no setor industrial, de fusões e cisões, compras e vendas. A nossa região não pode ficar para trás nessa grande escalada industrial, uma região que, historicamente, sempre foi muito importante e muito contribuiu para esse desenvolvimento. ■

Eduardo Sanches
Gerente de Meio Ambiente, Segurança,
Saúde e Qualidade de Grupo Petroquímico,
Professor universitário de Gestão
Ambiental e de Pós-Graduação (MBA).